

Por uma História Política da Economia

Uliratan Castro de Araújo

Professor-Adjunto do Depto. de História da
Universidade Federal da Bahia. Doutor em
História pela Universidade de Paris IV - Sorbonne

Para além do Estado

Em um tempo de transformações aceleradas, fica evidente que importantes mudanças de rumo na economia são objeto de convenções estabelecidas entre as classes sociais. Esta é a esfera do político em economia. Como defini-la? Para além das políticas de governo e dos mecanismos de intervenção estatal, hoje componentes indispensáveis do processo de acumulação de capital, existe um espaço, dentro da *pólis* e fora dela, em que as várias classes sociais manifestam seus interesses e seus projetos particulares, onde elas se confrontam e onde se estabelecem convenções que representam, em fim de contas, o ponto de equilíbrio possível entre elas. A prática do novo sindicalismo brasileiro bem construiu esse novo espaço de formulação de políticas econômicas, cujas convenções terminaram por serem reconhecidas e absorvidas pela *pólis*.

Ao admitir a existência desse domínio mais profundo da política econômica, o da confrontação direta entre as classes sociais, o Estado tende a reproduzir em uma escala macrosocial, esse processo de negociação direta entre as classes, colocando-se na posição de promotor ou de demandante de grandes acordos ou dos pactos ditos sociais. Temos assistido às insisten-

tes proclamações das altas autoridades do governo em prol de um grande entendimento nacional para a definição das diretrizes fundamentais de uma política de governo de combate à inflação.

Também no tempo presente, estamos assistindo ao alargamento desse campo político para além do Estado, através de processos de consulta direta à população sobre grandes diretrizes de política econômica brasileira. No recente processo constituinte, cidadãos organizados em associações, sindicatos e mesmo em grupos menos permanentes, intervieram de maneira sistemática junto aos deputados constituintes de modo a fazer incluir nas normas constitucionais dispositivos até muito específicos relativos à vida econômica nacional.

Olhando também para a experiência europeia, impossível não ver o monumental processo plebiscitário sobre a construção de uma economia da Europa Confederal, seja através da consulta formal em todos os países membros da comunidade, seja através da manifestação, por vezes violenta, de várias classes contra os novos termos de uma divisão internacional do trabalho que se quer convencionar.

Por mais óbvio que possa parecer, o confronto de classes historicamente bem-definidas - com uma inser-

ção nacional específica, com uma conformação cultural particular - ocorre em conjunturas sujeitas a todos os condicionamentos e vicissitudes de variadas naturezas. A imprevisibilidade e a incontrolabilidade desses fatores são mais que evidentes. Por exemplo, durante a última campanha presidencial brasileira, as repentinas mudanças da correlação de forças entre classes em decorrência de incidentes construídos e/ou amplificados pelos órgãos de comunicação terminaram certamente por alterar os rumos de uma política econômica. Também incidentes eventuais como as guerras e as catástrofes naturais, não podem ser desprezados: o impacto do acidente de Chernobyl sobre a população da ex-União Soviética e o trauma da derrota nas Malvinas para os argentinos.

Nesses quadros particulares de engajamento,¹ essas classes, não apenas *portadoras de estruturas*, atuam como os agentes formuladores e decisores da política em geral e da política econômica em particular. Assim, esse espaço político alargado, não seria um mero reflexo da infra-estrutura econômica, subordinado à sua racionalidade, mas um espaço onde se articulam diversas ordens de tendências. Hoje, no Brasil e no mundo, os economistas nunca foram tão políticos e os políticos nunca foram tão economistas.

Uma tal revelação do presente constitui-se em apelo irresistível ao jogo retroativo com o passado, tal como nos propõe Edgard Morin, no qual o conhecimento do passado contribui para o conhecimento do presente, mas também as experiências do presente contribuem para o conhecimento do passado, e assim o transformam.² Mas ousar violar o lacre da absoluta inviolabilidade da economia, quem há-de? Com que olhos reler esta sincera pro-

fissão de fé de Pierre Vilar de que a economia esta acima e fora do alcance das forças do homem?

... o homem sempre tentou dominar as condições econômicas, mas até hoje ("os planejamentos" são ainda incertos) ele não dominou a economia. Portanto, não se deve atribuir a um homem ou a um governo resultados que os ultrapassam.³

Como pensar que homens, que grupos de homens, que classes em conflito tenham podido alterar o curso do mundo sem fazê-lo, tal como os médiuns no espiritismo, na condição de simples força vital, de mão cega dirigida pela racionalidade transcendente que os incorpora?

O jogo retrospectivo fica ainda mais temerário, quando se estabelece o contato com uma sociedade escravista, onde o esmagamento da maioria dos homens em uma economia do chicote os faz parecer apenas força bruta, força de trabalho em estado natural, incapazes, portanto, de sequer pensar quanto mais de agir e de transformar a realidade. É aliás interessante constatar a convergência de percepções entre os atuais sacerdotes do *culto da determinação absoluta do econômico* e os mais lídimos defensores da escravidão no passado, como o racista cônsul francês na Bahia Jacques Guinebaud. Ele considerava os escravos absolutamente incapazes de qualquer reflexão ou ação política inteligente, excessivamente embrutecidos que eram para os misteres mais elementares da conspiração e da rebelião.

¹ A expressão *quadros particulares de engajamento* foi usada como sinônimo da palavra francesa *enjeu*.

² MORIN, Edgard. *Pour sortir du XXe. siècle*. Paris: Fernand Nathan, 1981. p. 320.

³ VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história. 1450-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 54.

Em seu despacho de 24 de dezembro de 1828, relatando a repressão à revolta de escravos em alguns engenhos de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, dizia o cônsul Jacques Guinebaud:

Le plan (da rebelião) était conçu sur une échelle de circonscription plus vaste que l'ordinaire. Les moyens étaient l'incendie des habitations et le meurtre des blancs. Son but était fort vague et tel qu'on peut l'attendre de stupides nègres dont les uns croient pouvoir retourner dans leur pays (a África) par terre et dont les autres ne peuvent étendre leurs calculs au delà des deux combinaisons primitives: la massue et la fuite.⁴

Não só dos extremos erguem-se os impedimentos ao nosso jogo retrospectivo. Do campo teórico da ciência política se nos levanta uma barreira tão mais sutil quanto eficaz, posto que reduz o espaço do político no Brasil do século XIX ao jogo elegante entre o rei e seus barões, os de dentro da *pólis*, os únicos homens que podiam exercer a magistratura. Revivemos, pois, a milenar concepção aristotélica, pela qual apenas se viam como verdadeiros cidadãos, os *homens políticos*, aqueles que eram soberanos e que tinham a faculdade de agir soberanamente, na gestão dos negócios comuns.⁵ Aos de fora, simples *demos*, restava exprimir coletivamente a sua insatisfação, resultante das péssimas condições materiais de vida, mediante revoltas e outros atos de desordem. Reprimidos, governados, excluídos e bestializados, barados no último baile do Império, estavam expulsos todos do território da política.⁶

O espaço de decisões no século XIX estaria assim limitado ao Conselho de Estado, à Assembléia Geral, às

Assembléias Provinciais e, principalmente, à burocracia imperial. Nesse *intramuros*, as grandes questões sobre economia e sociedade, como a questão fundiária, a escravidão e o modelo econômico, teriam sido pensadas e decididas. Os *outros*, os de fora, nada tiveram a dizer a respeito? Acaso nem tentaram exprimir-se, autonomamente ou mesmo através de canais de subordinação já estabelecidos?

A voz do povo

A experiência do passado na Bahia não autoriza uma concepção tão restritiva do político. A análise detida de uma longa conjuntura que vai de 1798, quando é reprimida a chamada Conspiração dos Alfaiates, até 1838, quando é esmagada a revolução federalista dita *A Sabinada*, demonstra a complexa rede de articulações na qual são tecidos os vários levantes e rebeliões.

Ver também é uma questão do jeito de olhar. As revoluções são momentos geradores do conhecimento histórico, posto que fazem emergir em toda a sua abrangência e toda a crueza a totalidade do vivido.⁷ Jules Michelet experimentou uma dessas revelações durante a Revolução de Julho de 1830, que o fez antever, pela primeira vez, uma teia complexa de relações de uma sociedade francesa em crise.

Cette oeuvre laborieuse d'environ quarante ans (a Histoire de France) fut conçue d'un moment, de

⁴ Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance consulaire et commerciale. Consulat de Bahia. v. 2, fl. 211.

⁵ ARISTOTE. *Les politiques*. Paris: Flammarion, 1990. p. 228.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Un théâtre d'ombres. La politique impériale au Brésil*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990.

⁷ BOURDE, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983. p. 162-3.

*l'éclair de juillet (a Revolução de Julho de 1830). Dans ces jours mémorables, une grande lumière se fit, et j'aperçus la France. Elle avait des annales, et non point une histoire. Des hommes éminents l'avaient étudiée surtout au point de vue politique. Nul n'avait pénétré dans l'infini détail des développements divers de son activité (religieuse, économique, artistique etc.).*⁸

Graças a essa experiência, ele pode dar o primeiro passo dentro de um espaço restrito na direção do conjunto da sociedade. Assim pôde empreender a superação do simples relato como forma de percepção do passado, substituindo-o pela tentativa de reconstrução de uma totalidade vivenciada no passado.⁹

A primeira das revoluções baianas, a dos Alfaiates, é também um desses clarões reveladores. Uma revolução liberal abortada? Uma revolução popular negro-mulata? Uma simples insubordinação militar? Nenhuma das versões elaboradas desta revolução pode desconhecer o clima de intensa mobilização política permeando os vários segmentos de uma sociedade urbana em crise.¹⁰

No primeiro aviso colado em lugares públicos na manhã do dia 12 de agosto de 1798, os revolucionários apresentam-se ao povo baiano como 676 seguidores do Partido da Liberdade: 34 oficiais de linha; 54 oficiais de milícias; 11 homens graduados em postos e cargos; 46 inferiores de linha; 34 inferiores de milícias; 107 soldados de linha; 233 soldados de milícias; 13 homens graduados em lei; 20 homens do comum; 8 homens do comércio; 8 frades bentos; 14 franciscanos; 3 barbadinhos; 14 teresios; 48 clérigos; 8 familiares do santo ofício.¹¹ Os autos da devassa revelam, por seu turno, um espectro bem mais amplo de segmentos sociais per-

passados pela articulação política dos revoltosos. Muitos são os libertos e escravos, negros e mulatos, do campo e da cidade.

Naquele momento, os homens do povo não pensaram apenas no preço da farinha e no pagamento de soldos atrasados. Eles tinham fome e sede de igualdade, aspiravam a construção de uma nova pátria mais fraterna. Eles pensavam também na destruição de um sistema colonial exclusivista. No 9º aviso revolucionário protestavam contra:

*Os muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas, tributos e direitos que são cobrados por ordem da Rainha de Lisboa, ao tempo em que comunicavam ao poderoso e magnífico povo baiano republicano que serão tomadas medidas imediatas para o progresso do comércio do açúcar, tabaco e pau-brasil e todos os mais gêneros de negócios e mais vires, contanto que aqui virão todos os estrangeiros tendo porto aberto, mormente à nação francesa.*¹²

⁸ MICHELET, Jules. Préface à l'histoire de France. In: EHRARD, J.; PALMADE, G. *L'histoire*. Paris: Armand Colin, 1965. p. 261.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Estas são algumas das principais obras sobre os Alfaiates:

RUI, Afonso. *A primeira revolução social brasileira*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798*. São Paulo: Pioneiro, 1975.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

_____. *Bahia 1798: liberdade, fraternidade, igualdade*. Proposta de nova leitura. [s.l.], [s.d.].

JANCOS, Istvan. *Contradições, tensões e conflitos: a inconfidência baiana de 1798*. Tese (Livre-Docência) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Núcleo de Publicações, 1974.

¹¹ ACCIOLI, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anotador: Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931. v. III. p. 106.

¹² *Ibidem*, p. 110.

Proclamavam assim a necessidade de uma primeira medida concreta de descolonização - a abertura dos portos ao comércio com países estrangeiros, a qual só seria encaminhada posteriormente ao rei de Portugal pelas elites baianas, em 1808.

Vinte e dois anos depois, a 10 de fevereiro de 1820, foi realizado esse projeto de rebelião generalizada contra o estado absolutista português na cidade de Salvador. Foram os mesmos segmentos de *homens bons* - os verdadeiros cidadãos do Brasil colonial - de soldados e de gente livre de cor que rapidamente se mobilizaram para articular o levante militar que depôs o Conde da Palma e instalou um governo provisório articulado diretamente com a Revolução Constitucionalista Portuguesa. Este é o marco inicial de uma longa conjuntura em que emergiram sucessiva e cumulativamente as reivindicações e projetos específicos de vários segmentos da sociedade baiana. Uma simples cronologia dos eventos mais significativos demonstra a riqueza desta conjuntura:

10 de fevereiro de 1821 - revolução Constitucionalista Baiana. Formação de uma junta provisória de governo. Rompimento com o governo do Rio de Janeiro e adesão ao regime constitucional das cortes de Lisboa.

20 de fevereiro de 1822 - golpe militar português comandado pelo general Madeira de Melo. Desbaratamento dos batalhões de linha das milícias compostas por brasileiros. Início da ocupação militar da cidade e da resistência oposta pela população urbana.

2 de julho de 1823 - entrada na cidade de Salvador das tropas que integravam o exército pacificador, acompanhados da população fugitiva da cidade.

25 de agosto a 5 de setembro de 1823 - desordens generalizadas na cidade. Soldados do batalhão de Pernambuco, soldados negros e população de cor baiana perseguem os portugueses.

Conflitos entre as tropas compostas por baianos e os soldados integrantes do batalhão do imperador. Expulsão da Bahia da tropa fluminense.

10 de outubro a 27 de novembro de 1823 - soldados e populares atacam população portuguesa. Assassinatos, pilhagens e fugas de escravos. Protesto contra a dissolução das cortes do Rio de Janeiro.

Março de 1824 - bandas de desertores e escravos fugitivos atacam vários povoados e engenhos no Recôncavo.

4 de maio de 1824 - soldados de cor desencadeiam ataques generalizados contra a população portuguesa.

20 de maio de 1824 - tentativa de sedição de soldados negros e mulatos em adesão ao movimento de Pernambuco.

Outubro a dezembro de 1824 - assassinato do comandante militar da Bahia, Felisberto Gomes Caldeira. Rebelião da maior parte dos corpos da guarnição da cidade sob a liderança do Batalhão dos Periquitos. Hostilidade aos portugueses e oposição à desmobilização do Exército da Independência. Novo cerco da cidade pelas tropas do Recôncavo. Retomada da cidade. Deserção maciça de soldados de cor.

14 de janeiro de 1826 - conflitos urbanos generalizados entre a população urbana brasileira e a portuguesa.

25 de agosto a 27 de setembro de 1826 - revolta escrava. Formação de quilombo no Cabula. Ataques à população vizinha.

1827 - destruição do quilombo de Abrantes, ao norte de Salvador. Vingança dos quilombolas: raptos de crianças brancas que são vendidas aos ciganos.

1827 - bandas de desertores e quilombolas pilham várias propriedades no norte e no sul da Província.

Abril de 1827 - revoltas de escravos em engenhos de Santo Amaro.

11 de março de 1828 - levante de escravos Haussas. Combates nos subúrbios e constituição do quilombo de Campina de Pirajá.

25/30 de maio de 1828 - revolta do cobre: tentativa de levantamento de soldados mulatos para

repor em circulação as moedas de cobre falsas. Estabelecimento de negociações com os quilombolas de Campina de Pirajá.

24 de dezembro de 1828 - levante de escravos em dois engenhos em Santo Amaro.

6 de abril de 1831 - rebelião popular antiportuguesa em Cachoeira.

13/14 de maio de 1831 - mata-marotos. Rebelião popular em Salvador antiportuguesa. Afastamento dos portugueses de funções públicas.

19 de fevereiro de 1832 - rebelião federalista de Cachoeira. Militares, comerciantes e populares.

8 de março de 1833 - populares assaltam quartel. Roubo de armas.

27/29 de abril de 1833 - Segunda Rebelião Federalista.

24 de janeiro de 1835 - rebelião dos Malês. Escravos e libertos muçulmanos tentam tomar a cidade.

7 de novembro de 1837 e 16 de março de 1838 - A Sabinada. Terceira Revolução Federalista. Militares, comerciantes e massas populares. Apoio no interior, fora do Recôncavo.

Desta cronologia depreendem-se duas linhas de reflexões. A primeira diz respeito à comunicação política e mesmo à articulação entre os segmentos mais diversos de uma sociedade urbana. A segunda refere-se à construção de projetos alternativos que refletiam, em fim de contas, a capacidade de formulação de propostas políticas concretas por parte de todos aqueles a quem se nega habitualmente um papel ativo na história.

A escravidão negociada

O mais comum entre os historiadores é considerar as reivindicações e as idéias veiculadas pelos movimentos populares apenas no limite das questões mais imediatas ligadas à condição

material das camadas populares, sem atingir, no entanto, um grau de formulação mais global, capaz de alimentar alianças permanentes com os demais segmentos da sociedade.

Mais uma vez repetimos, nem só no estômago pensava o povo da Bahia. Em 1798, os papéis sediciosos falavam em igualdade e em república. Em 1823, populares vitoriosos da guerra de independência pensavam em constituir uma pátria nova que, além de independente, fosse capaz de incluir todos os homens livres e não apenas os *notáveis*. Várias outras questões políticas globais foram objeto das reivindicações populares, tais como, a forma de governo, a forma do estado e o regime político. A questão da autonomia regional foi mesmo capaz de soldar uma grande aliança entre os traficantes de escravos como o Hygino Pires Gomes os escravos crioulos do Batalhão dos Libertos da Pátria em 1837.

Mais além das questões específicas, houve uma verdadeira escolha entre vários projetos econômicos alternativos que terminam sendo objeto de um verdadeiro confronto de classe. O saber histórico vigente consagra uma versão pela qual uma elite ilustrada haveria conduzido racionalmente um projeto de modernização da economia açucareira. Há mesmo os que caracterizam esse processo, que coincidiria com a conjuntura de descolonização, como uma *revolução conservadora*.¹³ Os outros, os de fora da pólis, teriam sido incapazes de oferecer qualquer projeto capaz de constituir uma alternativa à crise da economia colonial.

¹³ MORTON, F. W. O. *The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790/1840*. Tese (Doutorado) - University of Oxford, 1974.

É verdade que nenhum dos movimentos com apoio popular conseguiu formular um projeto econômico global para a Bahia. No entanto, ao longo de todas estas revoltas, é possível recompor uma pauta de reivindicações que terminam por configurar uma espécie de programa de caráter urbano e popular, alternativo ao modelo *escravidão - império - açúcar*. As quatro linhas fortes eram a emancipação dos escravos, autonomia política da província, diversificação da economia de exportação e a abertura da fronteira para a pequena propriedade.

Três desses itens de pauta diziam respeito diretamente a um modelo econômico dissidente. O primeiro item, a emancipação dos escravos, foi objeto de um tratamento descontínuo e hesitante dos movimentos populares baianos da primeira metade do século XIX. Em nenhum momento, houve qualquer formulação de um projeto generalizado de abolição do regime de trabalho escravo.

Os dois únicos projetos conhecidos são o projeto de emancipação gradual elaborado por José Bonifácio de Andrada e Silva durante o período de funcionamento da Assembléia Constituinte - e que aliás jamais chegou a ser apresentado,¹⁴ e o projeto do Francisco Gê Acayaba Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha - homem de cor e um dos mais radicais líderes da Independência na Bahia - formulado somente em 1865. Este também era um projeto de liberação a termo, pois estipulava a libertação dentro de dez anos dos escravos maiores de 25 anos e a abolição total dentro de 15 anos.¹⁵

Os segmentos que, em tese, eram os mais interessados na abolição da *escravidão* - escravos, libertos e população de cor - ao manifestarem-se nas várias rebeliões e motins, não formu-

laram um projeto unificado de abolição. Grupos de escravos colocaram na *mesa de negociações* a questão da abolição da *escravidão*. Em cada uma dessas oportunidades, cada um deles formulou a demanda da sua libertação e nunca a da libertação generalizada. Mesmo os Malês, que formularam explicitamente um projeto social africano para a cidade de Salvador, não falaram em abolição geral da *escravidão* mas em libertação do *seu povo*, os crenes do Islã. No entanto, a falta de um programa dentro das normas da arte política e da retórica da época não obscurece a evidência de que estes movimentos múltiplos e descoordenados exerceram uma fortíssima pressão para dentro da *pólis*, cujo resultado foi a contestação da instituição servil, em um momento constitutivo do estado nacional brasileiro.

A manutenção da *escravidão* não foi, assim, uma decorrência natural da preservação de uma estrutura produtiva centrada na agroindústria exportadora mas justamente o inverso, ou seja, a capacidade de reimposição da *escravidão* no Brasil por parte de uma elite açucareira foi o elemento decisivo para a sobrevivência do engenho de açúcar e de seus barões. Para tanto, desenvolveu-se uma *política da escravidão*, que não se limitou apenas à repressão das revoltas africanas e ao esmagamento das rebeliões populares com participação de escravos e libertos crioulos. Essa política desenvolveu-se também para a continuação do tráfico clandestino de escravos africanos do Golfo de Benin

¹⁴ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio d'. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Paris: Typographia de Firmin Didot (Impressor d'el rey, rua Jacob, nº 24), 1825.

¹⁵ DUQUE ESTRADA, Osório. *A abolição. Esboço histórico. 1831-1888*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Lette Ribeiro & Maurillo, 1918. p. 44.

mediante um conjunto de ações, visando o amortecimento da pressão inglesa pela adoção de medidas formais, *para inglês ver*, restritivas ao tráfico.

No *front* interno, o direito de traficar escravos transformou-se mesmo em uma afirmação de soberania nacional, mobilizando a *pólis* contra os imperialistas ingleses, ao tempo em que a perseverança no contrabando superabastecia o mercado local de escravos, tornando-os acessíveis a segmentos cada vez mais amplos de homens livres, mesmo pobres, mesmo de cor.

As elites baianas conseguiram alargar sua base de apoio pela adesão ativa de grupos cada vez mais numerosos de pessoas interessadas e beneficiárias de uma economia da escravidão. Até as vésperas da abolição, a causa da escravidão tinha os seus adeptos distribuídos nos vários estratos da sociedade baiana, o que nos autoriza a afirmar, sem risco de exagero, que em nenhuma sociedade regional brasileira a escravidão foi tão generalizada como na Bahia. Este fenômeno constituiu-se em uma particularidade, que contrastava com uma realidade nacional onde, na maioria das províncias do império, registrava-se uma tendência ao estreitamento da base social de apoio à escravidão pela diminuição progressiva do número de senhores de escravos e sua concentração em algumas atividades econômicas bem-definidas.

A generalização da escravidão foi a moeda com que os principais interessados na manutenção do trabalho servil, os senhores de engenho e os plantadores de cana, negociaram com vários outros segmentos da sociedade local, com ou sem voz dentro da *pólis*, a sobrevivência de uma economia agroexportadora centralizada na economia açucareira. De uma certa for-

ma, a escravidão foi o dom cujo contradom foi o apoio político aos senhores de açúcar.

Uma política de subdesenvolvimento

Mais do que qualquer inovação incorporada na produção açucareira, foi na utilização do trabalho escravo que os homens do açúcar buscaram a redução ao extremo dos custos de produção de um açúcar baiano de má qualidade. Quem melhor expressa a profunda convicção dos senhores de engenho baianos é Francisco Adolpho Varnhagen:

A América não pode metter-se a querer competir com a Europa em detalhes de refino. Estarei em erro; mas por ora sou de opinião que se o Brazil proceder nesta industria (o açúcar) como fez com a do caffè, procurando produzir antes muitissimo inferior, que um pouco menos, um tanto melhor, os seus assucares, embora menos alvos, matarão com o tempo (em virtude da grande differença nos preços) todos os outros, por mais refinados que saiam dos engenhos.¹⁶

Muito diferentemente do perfil de uma elite ilustrada e modernizadora, os donos do açúcar na Bahia perseveraram no conservadorismo em termos de incorporação de inovações técnicas e organizacionais nos seus engenhos. Houve iniciativas pioneiras no tempo do Conde dos Arcos que terminaram por introduzir algumas inovações ao nível das unidades produtivas, principalmente no que diz respeito à econo-

¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Carta ao Exmo. Ministro da Agricultura, a respeito principalmente de vários melhoramentos nos engenhos de assucar da Antilhas applicáveis ao Brazil. Segundo a fogueira. Caracas: Imprensa de V. Espinal, 1863. p. 14.

mia de combustível nos engenhos de açúcar. No entanto, a generalização do vapor nos engenhos é ainda extremamente problemática em 1854, quando estes engenhos apresentaram um desempenho econômico apenas medíocre, segundo o diagnóstico feito pelo governo provincial. Em uma amostragem de cinco paróquias do Recôncavo¹⁷ constatou-se que a produção média anual de açúcar por engenho a vapor atingia cerca de 5.500 arrobas, ao tempo em que a média anual dos engenhos movidos a animais atingia 6.970 arrobas.¹⁸

A crise crônica do açúcar baiano, que se estendeu no decorrer de todo o século XIX, ilustra-se também pela sua literal expulsão do mercado externo, esmagado pela produção açucareira antilhana e asiática e, principalmente, pela expansão espetacular da indústria açucareira européia de beterraba.

Não apenas nas quantidades decrescentes exportadas refletiu-se este quadro de marasmo mas também na baixa produtividade do trabalho na agroindústria açucareira, relativamente às áreas concorrentes. Uma comissão nomeada pela presidência da província em 1852 concluiu que na Bahia, um escravo ativo, dirigido por um feitor competente, produzia cerca de 100 a 120 arrobas de açúcar. Nos Estados Unidos e em Cuba, a produção de cada trabalhador chegava a 300 e 400 arrobas. Constataram também que as médias dos resultados anuais obtidos pelo trabalho na agroindústria da beterraba eram ainda mais elevados: 600 arrobas por trabalhador.¹⁹

As alternativas que se manifestavam, nos limites de um modelo agroexportador centrado no açúcar, apontavam todas na direção da transformação do engenho em engenho central e

deste em usina. O que se anunciava como virtualidade deste percurso era o controle cada vez maior desta agroindústria pelas casas comerciais, financiadoras do dia-a-dia, e pelas grandes empresas européias exportadoras de equipamentos para fábricas de açúcar. A antevisão do fim deste processo, a inexorável destruição do pólo dinâmico da economia baiana - o engenho de açúcar - em torno do qual gravitavam todas as atividades econômicas, e a conseqüente perda do prestígio social e da capacidade de exercício do poder político, está na base de toda uma política conservadora de um sistema econômico regional que se coloca na contracorrente de todas as transformações ditadas pela expansão de um mercado mundial.

Em 1857, as elites açucareiras estiveram colocadas diante desta virtualidade. No seguimento de uma série de iniciativas que produziram uma avaliação da agroindústria açucareira, o presidente da Província da Bahia João Lins Vieira Cansansao de Sinimbu, através de representantes em Paris, Pedro d'Alcântara Lisboa e Francisco Muniz Barreto de Aragão, estabeleceu negociações com vários fabricantes europeus de equipamentos para fábricas de açúcar visando a importação do necessário para a instalação de uma fazenda modelo, subsidiada pelo governo provincial, a partir da qual se pretendia difundir as novas técnicas de produção do açúcar entre os senhores de engenho. Os contatos chegaram a um estágio mais avançado com a com-

¹⁷ Foram escolhidas as seguintes paróquias: Pirajá, Malaim, Nossa Senhora do Socorro, Rio Fundo e Nossa Senhora da Purificação.

¹⁸ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *Le politique et l'économique dans une société esclavagiste. Bahia, 1820-1889. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris IV - Sorbonne, 1992. p. 506.*

¹⁹ *Ibidem*, p. 499.

panhia Carl, Halot & Cie. de Bruxelas, grandes fornecedores dos engenhos das Antilhas Francesas.²⁰

Desde os primeiros orçamentos apresentados pela companhia belga ficou evidente que os senhores de engenho e mesmo quaisquer outros negociantes ou capitalistas baianos seriam incapazes de financiar esta operação. Da compra de equipamentos, a negociação evoluiu rapidamente para o financiamento belga dessas importações. Chegou-se mesmo a esboçar o projeto de criação da Sociedade Industrial Agrícola, um verdadeiro banco de crédito rural, capaz de financiar a compra de equipamentos pelos senhores de engenho. Este empreendimento teria a participação de Carl & Cie. e gozaria, durante 10 anos, de uma subvenção governamental correspondente a 5% do capital investido. Pedia-se também uma redução adicional de 2% sobre os direitos de exortação de todo açúcar exportado que fosse produzido em engenhos importadores destes equipamentos.

Em 1857, o correspondente parisiense do governo provincial da Bahia escrevia desesperado:

*A iniciação do ano passado e minha insistência hoje, na organização dessa instituição de crédito, baseadas na convicção que tenho de não ser possível obter, da companhia Carl & Cie. avanços mediante longa amortização, nem mesmo com a garantia geral ou provincial do governo do Brasil, não obstante o grande crédito de que goza o crédito financeiro do Brasil.*²¹

Queriam os belgas garantias reais, mui especialmente a hipoteca de engenhos e terras de cana dos clientes a serem assistidos por essa Sociedade Industrial Agrícola. Isso não queriam

os baianos, acostumados tradicionalmente a dar como garantia de suas operações financeiras as safras e os escravos, e mui justamente atemorizados diante da perspectiva de uma nova colonização estrangeira, na forma de um rígido controle da produção açucareira e de desapropriação em larga escala de senhores de engenho endividados. Afinal, não era essa a experiência que estava sendo vivida pela economia fumageira baiana, onde o controle exercido pelas companhias hamburguesas e bremenenses sobre o comércio e indústria do fumo era total?

Se a conservação da escravidão a todo preço tinha sido a diretriz central de uma política de sustentação do açúcar até 1851, perdas enfim todas as veleidades modernizadoras em favor da preservação do açúcar de cada dia, os senhores de engenho passaram a articular as sucessivas políticas de salvação do açúcar. Elas foram as responsáveis por uma radical mudança na estrutura política e administrativa da Província. Até aquele momento, a administração provincial não passava de um pálido reflexo de um poder real exercido pelos senhores de engenho, reduzida à triste condição de uma administração corrompida a serviço dos traficantes de escravos. De repente, esta instância político-administrativa passou a ser chamada a desempenhar um papel de coordenação do socorro público em favor de um mundo açucareiro todo-poderoso,²² mas doente crônico.

De 1851 a 1889, a administração geral do império e a administração provincial baiana empreenderam uma série de ações voltadas para o socorro do açúcar, considerada a *grande lavou-*

²⁰ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Op. cit., p. 510-4.

²¹ Arquivo Público do Estado da Bahia. Arquivo Colonial e Provincial. Maço 4.602. 1857.

²² ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Op. cit., v. II, p. 498.

ra, com os recursos captados, principalmente através de um mecanismo de favorecimento fiscal,²³ em outras lavou-
ras de exportação que se desenvolveram no interior da província apesar de todas as restrições contra elas levanta-
das pelos representantes do mundo açucareiro.²⁴ Esse protecionistas açuca-
reiro não era aliás uma exclusividade brasileira ou baiana, pois os países eu-
ropeus colocaram também em prática medidas protecionistas para os seus
açúcares coloniais e indígenas - os de beterraba. Mesmo na Inglaterra, onde
finalmente venceu o livre-cambismo, os açúcares originários do Império Britâ-
nico foram durante muito tempo beneficiários das restrições impostas à
importação originária de países que mantinham a escravidão.

A união indissociável entre o açúcar, a administração imperial e o regi-
me de trabalho escravo constituiu a Bahia do século XIX. A capacidade de
resistência desse modelo conservador só foi finalmente anulada por força de
uma revolução política²⁵ - a República - que impediu a chantagem da indeniza-
ção das perdas dos ex-proprietários de escravos pela lei de Abolição do 13
de Maio, pela qual os açucareiros bai-
anos esperavam viabilizar a transferên-
cia dos recursos gerados no sul cafeeiro para o Recôncavo açucareiro, com
os quais contavam poder prolongar a
sua doce agonia, impedindo ao mes-
mo tempo o desenvolvimento da
Bahia.²⁶

Finalmente, não há como negar
o sucesso dessa política conservadora
que foi capaz de retardar, pelo menos
em meio século, um processo de de-
senvolvimento de uma economia agrá-
rio-exportadora e sua inserção em ter-
mos mais favoráveis em uma econo-
mia mundial. Não há também como
evitar a evidência de que foi na esfera

do político, entendido como o espaço
social em que se explicitam os conflitos e se formalizam as negociações
entre os vários segmentos sociais, onde
se decidiu e de onde emanou a força
de conservação de uma economia na-
turalmente condenada.

A reintegração do econômico

A análise deste processo históri-
co determinado autoriza algumas re-
flexões sobre a história econômica
como disciplina especializada.

Uma primeira questão geral a ser
considerada é a absoluta necessidade
de recolocar do econômico no interior
desta *totalidade histórica vivenciada*
ainda que deliberadamente nos expo-
nhamos ao contágio de um revelacio-
nismo romântico à *la Michelet*. Em ter-
mos práticos, isso implica em uma
aproximação ainda mais intensa entre
a história econômica e as outras disci-
plinas históricas, mui especialmente
com a história social e com a história
política.

Dessa aproximação muito já se
produziu, e ainda se produz, sobre te-
máticas relacionadas com as políticas
econômicas, tais como o estudo da in-
tervenção do Estado na economia, do
planejamento público e dos agentes
coletivos ou individuais. Em toda essa
tradição, como uma das marcas decor-
rentes mesmo do objetivismo vigente
nas ciências humanas, o econômico

²³ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Op. cit., p. 516.

²⁴ Idem, p. 451 e 464.

²⁵ Revolução política tem aqui o sentido que lhe é
dado por SAES, Décio. *Formação do estado
burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
1985.

²⁶ Talvez não tenha sido apenas por uma ironia da
história que o Ministro da Fazenda do governo
revolucionário que se opôs energeticamente a esse
expediente, foi o baiano Rui Barbosa, derrotado
e excluído em sua terra pelo "poder" açucarei-
ro.

tem sido recortado como um objeto de estudo específico para o qual se desenvolveu toda uma metodologia também especial, apoiada em uma teorização que terminou por se constituir no último recurso de articulação deste econômico no conjunto da sociedade.

O resultado de tanto formalismo em história econômica não poderia ser outro senão uma história cada vez mais voltada para a construção teórica de modos, modelos, sistemas ou leis dos quais se esperava a demonstração de uma lógica interna da realidade. A realidade social ela mesma, os homens socialmente organizados que geriram as suas economias, que lutaram por

elas ou por causa delas, tem sido relegada para o domínio de outras disciplinas históricas e mesmo para fora do campo teórico da história, principalmente em direção à antropologia.

Em um esforço de reintegração do econômico no fluxo contínuo e ininterrupto da vida no passado, pode-se tomar como ponto de partida o estudo do político entendido como um campo alargado de tomada de decisões sociais sobre o econômico. Guiados por esse fio de Ariadne poderemos percorrer o caminho das negociações, dos conflitos, das lutas de classes, enfim da aventura humana de recriação incessante da vida.